

# Outro recorde. Mas ainda há muito o que fazer

As chuvas vieram na medida e hora certas e a agricultura registra a sua terceira safra recorde no terceiro ano consecutivo. Por isso, o governo reconhece que a produção agrícola constitui a alternativa básica para o combate à inflação e o ajuste das contas externas no País:

— Este ano, mais uma vez, a área rural vai contribuir para a queda dos índices inflacionários, sendo de ressaltar que muitos dos seus produtos estão com os preços próximos ao preço mínimo e, novamente, não será necessário recorrer ao mercado externo — afirma o secretário especial de Abastecimento e Preços, da Secretaria do Planejamento, Júlio César Martins.

Se a produção agrícola agradou ao governo, o próprio produtor tem motivos para duvidar da prioridade recebida pelo seu setor e pode comprometer a tendência de recordes consecutivos nas colheitas. A atual safra já refletiu a ausência de incorporação de novas áreas de plantio, em razão das mudanças no crédito rural adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em dezembro de 1980.

No ano passado, o agricultor já não conseguiu recursos para investir na abertura de novas lavouras e teve de injetar de 20 a 40% de recursos próprios, no caso de médio ou grande produtor, para custear o plantio, além de ver elevados os juros de 21 para 45% ao ano. Porém, os Valores Básicos de Custo (VBCs) e preços mínimos razoáveis motivaram o agricultor a produzir.

No ano passado, não houve restrições aos Empréstimos do Governo Federal e, mesmo assim, a elevação dos preços agrícolas no atacado não passou de 70,7%, contra o aumento de 99,6% dos produtos industriais e a inflação de 95,2% em relação à safra anterior. Só no ano passado, perderam para os industriais 16% em São Paulo; 23% no Paraná; e 21% no Rio Grande do Sul, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

— Tenho certeza de que o agricultor não está ganhando muito dinheiro — observa Aléssio Vaz Primo, diretor de crédito rural do Banco do Brasil. — Mas, na atual safra, ele passou a contar com a correção dos preços mínimos — argumentou.

Mas os reajustes nominais dos preços mínimos não acompanham a evolução dos custos dos insumos e como os preços de mercen-

do e os preços mínimos estão no mesmo patamar, a margem de lucro do produtor e a capitalização da agricultura ficam apenas na teoria. Com a norma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de que o produtor deve aplicar, na safra 82/83, de 30 a 50% de recursos próprios no custeio de médias e grandes lavouras, respectivamente, a tendência de queda verificada na atual colheita (na área de plantio e de produção) deve ser ainda maior.

Embora o ministro da Agricultura, Arnaury Stabile, continue confiante em sua expectativa de produção de 56 milhões de toneladas de grãos na safra atual, mais do que a quebra de 10 a 11% na colheita de soja, conforme o levantamento da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), preocupa a ameaça do Brasil ter de recorrer novamente ao mercado externo para comprar arroz.

O exemplo do arroz serve para mostrar a falta de uma política agrícola definida. Na safra passada (1980/1981), a produção de arroz já ficou abaixo da anterior em 15,26%. Este ano, a colheita deverá atingir, segundo a CFP, entre 9 e 9,4 milhões de toneladas, graças aos esforços dos produtores, para elevar em 21% a produtividade média e compensar a redução de 3% na área de plantio.

O governo decidiu, há pouco, punir os ganhos da produtividade. Estabeleceu que os financiamentos à comercialização de arroz irrigado tiveram o limite da cobertura da política de preços mínimos, reduzindo de 100 para 70%. Mais estranho ainda é que a base de cálculo do financiamento não será o volume produzido, como se esperava, mas a quantidade financeira da safra passada — ou seja, quem obteve maior produtividade poderá ser penalizado com menor limite de financiamento.

As modificações nas regras do jogo, e para pior, dizem, poderão impedir que, nos anos futuros, a Secretaria do Planejamento possa enviar ao presidente João Figueiredo o mesmo relato que mandou este ano:

“A expansão da produção agrícola contribuiu para o aumento das importações, redução das exportações e ainda a maior oferta de alimentos, do que resultou elevação mais branda dos preços dos produtos agropecuários”.